



## CONTRATO Nº 148/2023

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO** que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE CANGUÇU**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Dr. Francisco Carlos dos Santos, nº 240, **CNPJ Nº 88.861.430/001-49** neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO**, brasileiro, residente e domiciliado na Rua João de Deus Nunes, 405, Canguçu - RS, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a **CLAUDIA RICHTER TRANSPORTES LTDA**, **CNPJ:18.741.129/0001-16**, Darcy Peixoto da Silveira Filho, Nº 374, Bairro Centro, CEP: 96.195-000, Cristal – RS, doravante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista a **Dispensa de Licitação Por Justificativa nº 217/2023**, referente à prestação de serviço do transporte escolar municipal e de conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, mediante o estabelecimento das seguintes cláusulas;

### CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

O objeto do presente contrato visa contratação da Empresa Claudia Richter Transportes Ltda, CNPJ: 18.741.129/0001-16 para o serviço de transporte escolar para atender a demanda da EMEF José Luiz da Silva, no valor de R\$ 8,95 por quilômetro rodado, pelo prazo de até 177 dias letivos, conforme roteiro em anexo, através da dispensa de licitação, tendo por base o artigo 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021., conforme consta na **Dispensa de Licitação por Justificativa nº 217/2023**, na seguinte escola:

**ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL JOSÉ LUIZ DA SILVA**

### VEÍCULOS A SEREM UTILIZADOS:

**01 ÔNIBUS, PLACAS MFE8A19, 36 PASSAGEIROS – ANO 2007/MOD 2008**

**01 ÔNIBUS, PLACAS INC ALL5068, 45 PASSAGEIROS – ANO 2003/MOD 2004**

### MOTORISTAS:

**ALDENIR SILVA DOS SANTOS**

**JUBERLEI DA SILVA MENDES**

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço do serviço contratado é de **R\$ 8,95 (Oito reais e noventa e cinco centavos)** por quilômetro, num total de até **117 Km/dia** para a **Escola Municipal de Ensino Fundamental José Luiz da Silva**.

Parágrafo primeiro. O pagamento será realizado através da quilometragem efetiva apurada através do equipamento tacógrafo, apresentada pela empresa ao diretor (a) da escola, em planilha diária.

Parágrafo segundo. O pagamento será efetuado contra empenho, até o décimo quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, conforme serviço prestado durante o mês, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura acompanhada das devidas planilhas.

Parágrafo terceiro. O contratado deverá apresentar, no vencimento de cada parcela, como condição para recebimento destas, todas as Certidões previamente solicitadas de acordo com o 13.1.2 - Regularidade Fiscal.

Parágrafo quarto. Nos pagamentos realizados após a data do vencimento, incidirão juros de 0,5 (meio por cento) ao mês, até a data da efetivação do pagamento e correção monetária pelo índice do IPCA do mês anterior, pró-rata die, desde que o atraso seja superior a 30 (trinta dias).

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O contrato terá vigência a partir do dia 10 de Maio de 2023 e terá vigência por até 177 dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da administração, devendo ser observado os artigos da Lei 14.133./2021, ficando fixado IPCA acumulado dos últimos 12 meses como índice.



#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações da contratada:

- I - Executar o objeto contratado na forma do presente contrato, não se admitindo quaisquer modificações sem prévia autorização da Contratante;
- II - Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto deste contrato;
- III - Cumprir a Legislação Federal, Estadual e Municipal pertinente, e se responsabilizar pelos danos e encargos de qualquer espécie decorrentes de ações ou omissões, culposas ou dolosas, que praticar;
- IV - Pagar e recolher todos os impostos e demais encargos fiscais, bem como todos os encargos trabalhistas previdenciários, sociais e comerciais, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, que forem devidos em decorrência do objeto desta Licitação;
- V - Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;
- VI - Cumprir os horários determinados pelas Escolas e fixados pelo Município;
- VII - Iniciar os serviços na data aprezada;
- VIII - Possuir, obrigatoriamente, seguro de acidentes pessoais para todos os passageiros e seguro dos veículos contra terceiros;
- IX - Cumprir as Portarias e Resoluções do Município;
- X - Possuir registro como veículo de passageiros;
- XI - Submeter os veículos a inspeções técnicas determinadas pelo Município e de acordo com as Ordens de Serviço n. 002/97 e n. 018/97 do DAER, com o devido acompanhamento do Núcleo de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação e Esportes, ou seja, os veículos de até 10 (dez) anos, inclusive, serão vistoriados a cada 90 (noventa) dias, os veículos de 15 (quinze) anos, inclusive, a cada 60 (sessenta) dias e os veículos de 20 (vinte), inclusive, anos a cada 30 (trinta) dias;
- XII - Manter no veículo pintura de faixa horizontal na cor amarela, com 40 cm (quarenta centímetros) de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, em letras maiúsculas, na tipologia Arial, com altura da letra de 28 cm (vinte e oito centímetros). No caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas deverão ser invertidas;
- XIII - O veículo deve possuir, em funcionamento, equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo (Tacógrafo);
- XIV - O veículo deverá possuir lanternas de luz branca, fosca ou amarela, dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;
- XV - O veículo deverá possuir cintos de segurança em número igual à lotação;
- XVI - Manter os veículos sempre limpos e em condições de segurança;
- XVII - Afixar a autorização para conduzir escolares na parte interna do veículo em local visível, com inscrição da lotação permitida;
- XVIII - Não conduzir escolares em número superior à capacidade do veículo estabelecida pelo fabricante;
- XIX - Cumprir todas as exigências contidas no Código de Trânsito Brasileiro bem como em regulamentações expedidas pelas pelo CONTRAN;
- XX - A empresa deverá substituir imediatamente o veículo por outro em condições próprias e regulamentadas através do CONTRAN, em casos de defeitos, avarias ou manutenção, incluindo os veículos em trânsito, de forma a não interromper em nenhuma hipótese a prestação do serviço. Devendo o fato ser imediatamente comunicado ao Núcleo de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura;
- XXI - A empresa terá 48 horas para fazer o conserto do veículo, e dependendo do problema apresentado, a mesma fará um laudo técnico relatando o problema que deverá ser protocolado e analisado pelo ao Núcleo de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação e Esportes e o prazo poderá ser estendido, caso contrário, sofrerá as sanções cabíveis;
- XXII - Caberá a empresa direcionar ao responsável pela linha, que apresente diariamente por turno, lista dos alunos transportados, a qual ficará uma cópia na Secretaria da Escola e será assinada;
- XXIII - Em caso de substituição do motorista apresentado no processo licitatório, antes de sua atuação no transporte, terá que ser aprovada a substituição pelo Núcleo de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura;



XXIV - Cumprir todas as exigências contidas no Regulamento do Transporte Escolar do município de Canguçu.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

A fiscalização dos serviços prestados pela CONTRATADA ficará a cargo do Município, por meio das Fiscais do Transporte Escolar do Núcleo de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura e demais secretarias, bem como pelas equipes diretivas das escolas, Conselho Municipal de Educação e ainda pelo Conselho de Pais e Mestres.

**NOME DO FUNCIONÁRIO: CARINA FERRAZ GONÇALVES MATRÍCULA 8938-9.**

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

O presente contrato será rescindido por acordo entre as partes ou, independentemente de interpelação ou procedimento judicial:

I - no caso de inexecução total ou parcial, bem como pelos motivos enumerados na Lei 14.133/2023.

II - no caso de dolo, culpa, simulação ou fraude na execução do presente contrato;

III - quando ficar evidenciada a incapacidade da Contratada para dar execução ao contrato ou para nele prosseguir;

IV - se a Contratada transferir o presente contrato, ou a sua execução, no todo ou em parte, sem prévia autorização da Contratante;

V – em caso de falência ou concordata, liquidação ou dissolução da Contratada, ou, ainda, na hipótese de alteração em sua estrutura social que impossibilite ou prejudique a execução do presente contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES:**

Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) Deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

b) Manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;

c) Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

d) Executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

e) Executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 03 (três) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

f) Inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

g) Inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

h) Causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

i) Se houver três notificações graves para a empresa contratada, está poderá ter seu contrato rescindido, sendo realizado novo processo licitatório, do qual a empresa punida não poderá participar. Serão consideradas notificações graves:

I. Condutor do veículo sem CNH e sem curso do transporte escolar;

II. Veículo sem condições de trafegabilidade (pneus com desgaste inferior a 1,6mm, previsto na resolução 558/80 do CONTRAN; sem retrovisores; sem cinto de segurança para todos os ocupantes do veículo; sem laudo de inspeção técnica; problemas mecânicos);



- III. Não possuir seguro de acidentes pessoais para todos os passageiros e seguro dos veículos contra terceiros;
  - IV. Utilizar Motorista não cadastrado no Núcleo do Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura, ou com licença vencida;
  - V. Transportar produtos inflamáveis dentro dos veículos;
  - VI. Utilizar veículo sem o Tacógrafo - equipamento complementar utilizado para apurar a quilometragem diária;
  - VII. Descumprir as Portarias, Resoluções e o Regulamento do Transporte do Escolar do município;
  - VIII. Desacatar funcionário público - (Art. 331 do Código Penal - Decreto Lei 2848/40);
  - IX. Não possuir registro como veículo de passageiros;
  - X. Não submeter os veículos a inspeções técnicas determinadas pelo Município e de acordo com as Ordens de Serviço n. 002/97 e n. 018/97 do DAER;
  - XI. Não afixar a autorização para conduzir escolares na parte interna do veículo em local visível, com inscrição da lotação permitida;
  - XII. Conduzir escolares em número superior à capacidade do veículo estabelecida pelo fabricante;
  - XIII. Deixar de substituir imediatamente o veículo por outro em condições próprias e regulamentadas através do CONTRAN, em casos de defeitos, avarias ou manutenção, incluindo os veículos em trânsito, de forma a não interromper em nenhuma hipótese a prestação do serviço. Devendo o fato ser imediatamente comunicado ao Núcleo de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação e Esportes;
  - XIV. Deixar de cumprir todas as exigências contidas no Código de Transito Brasileiro bem como em regulamentações expedidas pelas pelo CONTRAN;
- j) Se houver reincidências de notificações médias (advertência) para a empresa contratada, dentro do prazo de 10 dias consecutivos, esta será considerada como uma **“notificação grave”** e, no entanto a empresa poderá ter seu contrato rescindido, sendo realizado novo processo licitatório, do qual a empresa punida não poderá participar. Serão consideradas notificações médias:
- I. Extintor de incêndio violado ou vencido;
  - II. Parabrisa ou vidros trincados;
  - III. Objetos soltos dentro do veículo (materiais de limpeza, etc.);
  - IV. Com o dístico ESCOLAR, fora do padrão;
  - V. O não cumprimento dos horários determinados pela escola - atraso superior a 10 minutos;
  - VI. Se o veículo não possuir lanternas de luz branca, fosca ou amarela, dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;
  - VII. Não manter os veículos limpos;
  - VIII. Cintos de segurança inoperantes (presos ou com defeito);
  - IX. Assentos soltos e sem condições de uso;
  - X. Problemas elétricos (sinalização);
  - XI. Tacógrafo não aferido;
  - XII. Sem estepe;
  - XIII. Sem borracha de pedal.
- k) Em caso de 3 notificações, reincidentes, independente do tipo de infração, sem que a empresa solucione a questão e nem apresente justificativa com prazo de solução, será aplicada, de forma automática, a penalidade de desconto de 3% do valor no pagamento mensal.
- l) Quando da realização de fiscalização por parte do setor de transporte escolar se o fiscal atender a ocorrência de alguma situação que represente risco aos alunos poderá ser determinada a interrupção do serviço.
- As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.
- Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes do presente contrato serão atendidas pela seguinte dotação orçamentária: Ensino Fundamental/Infantil: Ficha 4348 - PNATE superávit.



MUNICÍPIO DE  
**CANGUÇU**

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

#### **CLÁUSULA NONA - DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO**

O presente contrato está vinculado ao **Dispensa de Licitação Por Justificativa nº 217/2023**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente contrato rege-se pelas disposições da Lei 14.133/2023 e pelas normas do direito administrativo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO**

As partes elegem o Foro da Comarca de Canguçu/RS, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente contrato.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento em quatro vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

**CANGUÇU/RS 10 de Maio de 2023.**

**MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**CLAUDIA BRUCHASCK**  
**GONCALES**  
**RICHTER:61630586072**

Assinado de forma digital por  
CLAUDIA BRUCHASCK GONCALES  
RICHTER:61630586072  
Dados: 2023.05.10 16:32:01 -03'00'

**CLAUDIA RICHTER TRANSPORTES LTDA**  
**CONTRATADA**



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 7B1A-6934-C455-F00E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FERNANDA DIAZ FLORES (CPF 817.XXX.XXX-91) em 11/05/2023 12:59:55 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO (CPF 008.XXX.XXX-40) em 17/05/2023 09:27:52  
(GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC VALID RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5  
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/7B1A-6934-C455-F00E>